

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

EDITORIAL

Irene Jeanete Lemos Gilberto

Editor responsável

O presente número da Revista Eletrônica *Pesquieduca* têm, como objetivo, apresentar artigos oriundos de pesquisas desenvolvidas por professores pesquisadores de diferentes instituições universitárias do país. Os artigos que compõem o eixo temático deste número se propõem a atualizar o debate sobre o tema das políticas educacionais e os processos formativos.

O artigo *A crise do capital e a redefinição do papel do estado como provedor de políticas educacionais*, de Adriana de Jesus Diniz Farias e Rosangela Andrade do Nascimento, que abre o presente número, traz reflexões sobre as políticas educacionais e a intervenção do neoliberalismo nas decisões do Estado, analisando o papel do estado e o impacto na provisão de políticas educacionais para a educação brasileira, nos anos de 1990. Em seu artigo, as autoras concluem que a Reforma do Estado, que envolveu aspectos políticos e econômicos, não traduziu mudanças significativas, mas reforçou a reprodução das desigualdades em nosso país.

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, no artigo intitulado *Políticas de formação docente continuada: práticas e racionalidades*, apresenta um estudo das políticas de formação continuada, no período de 1993 a 2008, focalizando os processos de formação continuada, em uma rede municipal

de ensino do interior sul-rio-grandense. A autora aponta, em suas conclusões, o empenho na realização de dois tipos distintos de políticas para a formação docente continuada, tida discursivamente como prioritária e efetivamente praticada. Na visão da autora, trata-se de dois modelos divergentes de racionalidade, que envolveram projetos estruturados com perspectivas de transformação da ação pedagógica, além de ações de curta duração, restritas a práticas formativas pontuais.

Os autores Vandré Gomes da Silva e Roberta Guimarães Peres trazem, no artigo *Educação Integral como política pública: marco legal, planejamento e gestão*, reflexões sobre os avanços proporcionados pela Constituição Federal de 1988, e como se traduziram em ferramentas de gestão e de planejamento, e as mudanças ocorridas nos programas e políticas sociais voltados para a Educação. Discutem, ainda, a questão da descentralização da gestão entre diferentes esferas de governo e seus efeitos para políticas de educação, bem como a demanda por políticas sociais deste tipo, as transformações sofridas pela população brasileira e as consequências dessas mudanças.

O artigo *Políticas públicas em Educação a Distância: aspectos históricos e perspectivas no Brasil*, dos pesquisadores Silvana Malusá Baraúna, Eucídio Pimenta Arruda e Durcelina Ereni Pimenta Arruda, traz um debate sobre as políticas públicas em educação a distância (EaD) até o advento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os autores concluem que, apesar de a UAB representar uma perspectiva de democratização do acesso à educação no Brasil, ainda se configura como um projeto, cuja continuidade não está garantida pelas políticas governamentais, tendo em vista que a educação a distância ainda sofre com uma regulamentação fragilizada, com a falta de critérios de qualidade e de insuficiência de mecanismos de regulação e de controle estatais, o que vem dificultando a sua institucionalização.

Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha, Adriana Zampieri Martinati e Maria Salete Pereira dos Santos, no artigo *Ensino Fundamental de Nove Anos: contribuições para a construção de um panorama nacional de implantação e implementação*, contribuem para reflexões sobre as práticas pedagógicas no Ensino Fundamental e os impactos das diretrizes propostas nos documentos do Ministério da Educação (MEC) para sua materialização. Os resultados da pesquisa realizada indicaram que poucas mudanças marcaram o currículo e as práticas pedagógicas do Ensino Fundamental. As autoras concluem que, se as escolas

pesquisadas são responsáveis por estes resultados, há que se considerar a necessidade da oferta de condições e de recursos, além da necessidade de investimentos maciços na formação inicial continuada, para que os docentes possam colaborar para a construção de uma educação de qualidade.

A formação de educadores (as) no Projeto PROVE, de Roberta Stangherlim tem como foco o Projeto de Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade do Ensino (PROVE), visto como espaço de formação permanente na proposta de um grupo de profissionais da educação, que atua em escolas situadas na região de M'Boi Mirim, no Município de São Paulo-SP. Em seu trabalho, a autora conclui que, por ser um projeto de formação permanente pautado no trabalho coletivo e na gestão compartilhada, o PROVE configura-se como um espaço de formação docente inter-escolas, dentro de uma proposta de gestão colaborativa e democrática.

Além dos artigos que compõem as categorias em pauta, deste número constam seis artigos de demanda contínua, que estão publicados na sessão *Outras Temáticas*. O primeiro, *A escola na condição de não lugar*, de Antonio Carlos Barbosa da Silva e Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva apresentam um debate sobre a escola enquanto espaço educativo necessário à manutenção da sociedade. Com base em conceitos de Augé (2005), os autores problematizam a questão dos espaços antropológicos como não lugares, o que resulta no fato de a escola estar perdendo sua função histórica, identitária e relacional, transformando-se, assim, em uma instituição sem função social aparente, mantida apenas por ainda ser uma mercadoria consumível e lucrativa.

Cristiane Elvira de Assis Oliveira e Luciana Pacheco Marques, no artigo *Os usos dos tempos no currículo*, trazem o debate para os usos do tempo no currículo, com base em narrativas de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola mineira. O estudo que apresentam sobre o tempo escolar, com base no conceito de duração em Bergson (2006), traz reflexões sobre o que significa o movimento, da imprevisibilidade, na construção coletiva da escola. As autoras concluem que, embora as experiências do tempo escolar narradas pelas professoras tenham desvelado uma concepção linear de tempo, faz-se necessário problematizar essa questão, que está implícita no currículo escolar, o qual ainda predomina na escola.

O artigo intitulado *A prática docente na construção dos saberes do profissional Farmacêutico*, de autoria de Paulo Angelo Lorandi traz reflexões sobre a prática docente no

ensino superior, voltada para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas facilitadoras na construção do conhecimento para o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno em relação à prática profissional farmacêutica. Em suas conclusões, o trabalho aponta a importância do desenvolvimento da prática reflexiva para a construção de saberes do profissional farmacêutico, tendo em vista a formação de professores dispostos a formar farmacêuticos diferenciados.

O artigo de Icaro Aronovich da Cunha, *Mudança ambiental na zona costeira do Brasil e novos desafios para a educação*, faz uma discussão sobre o cenário que vem se apresentando aos professores, em relação à emergência de temas voltados para a educação ambiental, nos quais se inserem as grandes linhas de mudança socioambiental na zona costeira do Brasil. O autor, em suas conclusões, aponta a importância do trabalho educativo no aprofundamento da discussão sobre os temas focados na Educação e Sustentabilidade, que surgem como perspectivas de contribuição da universidade na formação de docentes e profissionais.

Sandra Aparecida Pires Franco, no artigo *Leitura e escrita: práxis educativa para a emancipação humana*, traz uma análise da leitura e da escrita como um encaminhamento para uma práxis educativa e transformadora. Na perspectiva do trabalho, a prática educativa da leitura e da escrita na Universidade poderá resultar em ações de todos os professores, visto que, se exercidas como práxis, poderão contribuir para a formação de leitores e para a emancipação do ser humano, resultando, assim, em um mundo em que os seres humanos sejam mais humanizados.

O artigo *Os sentidos e os significados de resistir ou não à escrita de diários: formação de professores e atividade de estudo*, de Leila Adriana Baptaglin, Adriana Claudia Martins Figuera, Gislaíne A. R. da Silva Rosseto, propõe uma reflexão sobre os diários de aula como atividade formativa. Na conclusão do trabalho, observaram que a escrita diária apresenta-se como um instrumento que leva à tomada de consciência das aprendizagens e das dificuldades do sujeito, condição essencial para o desenvolvimento das atividades de estudo. Além disso, o diário reflexivo pode ser considerado uma ferramenta de formação continuada, devido às possibilidades de registro de pensamentos e sentimentos sobre o vivido, o que poderá contribuir para consolidar a autonomia na elaboração das atividades de estudo.

Além dos artigos, este número traz a resenha de Ivar César Oliveira de Vasconcelos e Diogo Acioli Lima sobre a obra de

BERNSTEIN, J. R. *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics, and praxis*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1983.

Revista Eletrônica *PESQUISEDUCA*

ISSN: 2177- 1626

v. 04, n. 08, jul./dez. 2012

<http://www.periodicos.unisantos.br/pesquiseduca>